



## **Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Obras – CPLO da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL - Rondônia.**

### **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 013/2022/CPLO/SUPEL/RO**

Ref. Habilitação no Edital da Licitação Pública Nº 013/2022/CPLO/SUPEL/RO

A empresa **LÍDER CONSTRUÇÕES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.587.444/0001-63, com sede na Rua Padre Paulino, 149, Conjunto Rui Lino, Rio Branco, AC, CEP: 69.919-830, por seu representante legal infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “a” do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e item 13.1, combinado com § 5º do referido artigo, à presença de Vossas Senhorias, a fim de interpor Recurso Administrativo contra a decisão desta Comissão em relação a reforma de parecer de JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO, da SUPEL - CPLO que inabilita a empresa LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI e habilita a empresa PILAR CONSTRUÇÕES EIRELLI.

#### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

Inicialmente, cabe demonstrar a tempestividade do presente Recurso.

A publicação do resultado da reforma do parecer ocorreu em 25 de abril de 2023.

Portanto, no dia seguinte, iniciou-se o prazo de 05 dias úteis para a interposição de recursos, conforme item 13.2 do edital.

Desta maneira, o prazo de recursos expira no dia 02 de maio de 2023, terça-feira. De onde é inequívoca a sua tempestividade.

#### **II - DO OCORRIDO**

Após análise da documentação de habilitação da Licitação Pública Nº 013/2022/CPLO/SUPEL/RO a CPLO do Estado de Rondônia, foram julgadas inabilitadas as empresas **LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI, MADA CONSTRUÇÕES CVIS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA E MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE LTDA**. Foi julgada habilitada a empresa **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI**.

Em observância aos documentos habilitação da empresa **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELLI**, foram verificadas algumas inconsistências no acervo apresentado pela mencionada empresa, em alguns pontos divergentes do edital e da própria Lei 8.666/93, denominada Lei de Licitações.

Foi verificado também, a impossibilidade de a empresa cumprir o exposto em declaração em manter na execução do futuro contrato, o Responsável Técnico e detentor do acervo, definido pela empresa.

Ainda se pronunciar a respeito da inabilitação da empresa **LÍDER CONSTRUÇÕES EIRELI**.

### III - DAS DISSONÂNCIAS AS NORMAS LEGAIS E EDITALÍCIAS

1 - Em análise preliminar do atestado de capacidade técnica, emitido pela empresa CONCRETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, para a empresa PILAR CONSTRUÇÕES, não há em nenhuma página do referido atestado o explicitado na Lei 8.666/93 em seu artigo 30, § 1º, vejamos:

*“A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências(...)”* Grifo nosso.

Do texto legal, depreendemos que é necessário que a aptidão seja devidamente registrada nas entidades profissionais competentes, e no atestado não está devidamente registrado na entidade profissional competente, pois não há qualquer carimbo ou selo, ou ainda timbre, como podemos observar nos acervos emitidos por Entidades Profissionais como o CREA e/ou CAU.

2 - É notório que a legislação que trata das licitações no Brasil, permite atestado de capacidade técnica emitido por pessoas jurídicas do direito público ou privado, porém em caso de subcontratação de Obras Públicas, esta subcontratação deve ser expressamente permitida pela Administração Pública, vejamos o artigo 72, da Lei de Licitações:

*“Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.”*

O Tribunal de Contas da União, órgão máximo para apurar contas e acórdãos do que abrange a Lei de licitações no Brasil, deixa claro que para a subcontratação ser autorizada, deve ser autorizada expressamente pela Administração Pública, pois deve ser conveniente para esta, demonstrando que mesmo subcontratando os serviços a empresa venha desempenhar o papel a qual fora contratada, portanto legalmente, uma subcontratação feita fora dos limites da autorização da Administração é considerada nula.

O que podemos observar nos atestados de capacidade técnica acostados nas habilitações é que no documento não há qualquer anuência da Administração Pública, seja por ofícios, ou ainda, pelo simples atesto do fiscal do contrato, por parte da Administração Pública, tornando-se assim um contrato de gaveta, e não válido para fins de licitações ou quaisquer outros órgãos da Administração Pública, pois como bem sabemos, mesmo em obras subcontratadas, se forem elas públicas, quem deve atestar a capacidade técnica de uma empresa é o funcionário público, ou servidor público, responsável pela execução daquele contrato.

Neste caso de atestados de capacidade técnica em obras públicas, o mesmo deve ser validado efetivamente pelo fiscal incumbido e portariado, no caso, pela Secretaria de Estado de Educação do Acre, e validado pelo secretário, pois friso, mais uma vez, a obra é pública, e não privada, e assim, a empresa contratada para executar a mesma, não detém o condão legal de determinar se pode ou não subcontratar, sem a anuência da Administração.

O atestado de capacidade técnica teria a devida validade legal, se constatado em uma obra privada, onde não deveria haver o pronunciamento estatal, somente um contrato firmado e para fins legais devidamente cartoriado. Como acontece, em contratos privados.



3 - A confecção do atestado de capacidade técnica aduz a um grave problema temporal, que pode ser constatado analisando preliminarmente o atestado, o período de execução do serviço, do dia 28/03/2022 ao dia 30/03/2022, ou seja, a execução do serviço, constata no atestado e na RRT SI 11943652R02CT001 (em Anexo), no valor de R\$ 994.512,69, foi executado no prazo de três dias, como técnicos, Bachareis em Engenharia Civil, causa deveras estranheza que tais serviços tenham sido executados em três dias, digo isto, pois executar, fossa séptica, sumidouro, o contrapiso e concretagem além da pintura do mesmo, trama do telhado e cobertura, em 4.960m2, isso tudo em três dias, fora os demais serviços, nos levou a averiguar o contrato, descrito com o Ente Público, foram encontradas além das citadas, alguns pontos que merecem esclarecimentos, porém estes serão encaminhados diretamente aos órgãos de controle e Ministério Público.

Em consulta a RRT acostado como sendo dos serviços, podemos afirmar que a RRT trata somente dos serviços executados no Colégio Militar Dom Pedro II, pois as demais ultrapassam o valor da RRT, e ainda, o valor de 30%, conforme explanado no atestado acostado, o valor total dos serviços da subcontratação seria de R\$ 2.636.129,84 e a RRT foi registrada e dado baixa no mesmo dia 09/06/2022.

Portanto, não há RRT registrada de todo o acervo constante no acervo de capacidade técnica apresentado, logo não se somam os demais serviços, que foram executados para além do Colégio Dom Pedro II. Tal como consta no item 15.3, d.1) do edital em epígrafe, onde retrata que deve ser indicado o número da RRT correspondente, no caso em tela, só há o da primeira parte do acervo.

4 - A extemporaneidade pode ser verificada no atestado de capacidade técnica, ora, pelo que retrata o referido atestado, ele foi assinado pelo s.r. Francisco das Chagas Costa da Silva, CAU nº 0A1110276, Responsável Técnico, porém, pela declaração de contratação futura, indica que ele não possuía vínculo, e ainda, não possui, com a referida empresa, o que denota mais uma incompatibilidade.

Em uma pesquisa rápida nos meios digitais disponíveis, foi verificado a causa do s.r. Francisco das Chagas não possuir vínculo, ele consta como servidor público no portal da transparência do Estado do Acre, o que por si só, não é nenhum impedimento legal, porém como constatado, ele é Policial Militar, vejamos:

## Servidor Público

Monte sua consulta selecionando os Filtros e o Período desejado.

Filtrar Por

Francisco das Chagas Costa da Silva

Situação

Todos

Período

Março

2023

Filtrar

Nome

Situação

Cargo

Bruto

Desconto

Líquido

▼ FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA DA SILVA

ATIVO

3º SARGENTO NÍVEL B

7.860,75

4.051,63

3.809,12

Órgão: POLÍCIA MILITAR DO ACRE

Lotação: CPO - 5º BPM - PELOTAO DESTACADO PORTO ACRE

Classe: (ref. I)

Tipo de folha: NORMAL (F)

OUTROS PAGAMENTOS:

Tipo pagamento

Data

Histórico

Valor

« Anterior

1

Próximo »

Eis a causa de não poder possuir vínculo com a referida empresa, nem tampouco poder cumprir o disposto na declaração de manter a condução da obra e jornada integral de trabalho, que consta da documentação de habilitação da empresa, ele é 3º Sargento da Polícia Militar do Estado do Acre. E segundo a Lei Complementar nº 164, de 3 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares do Estado do Acre, em seu artigo 5º, em seu Parágrafo Único:

**“Art. 5º Carreira *militar estadual* é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades das corporações, denominada atividade militar.**

**Parágrafo único. A atividade militar consiste na dedicação integral, a qual está restrita a obrigação do militar estadual, independente de quadro, qualificação, especialização, atividade técnica, sexo ou nível hierárquico, ao cumprimento da jornada de trabalho, que compreende serviços de polícia ostensiva e preservação da ordem pública ou de bombeiro, instruções, ações e operações, exercícios de adestramento, revistas, formaturas, paradas, diligências, patrulhamento, expediente, serviços de escalas ordinárias, extraordinárias e especiais e outros encargos estabelecidos pelo respectivo chefe ou comandante, por períodos e turnos variáveis e subordinados apenas aos interesses do dever ou da missão militar.”** Grifo nosso.



Do texto legal extraído, podemos aferir que seria impossível manter o militar integralmente na sua jornada de execução do contrato, e ainda, que é ilegal a sua designação para acompanhamento de tal execução pois, além do caráter temporal, ele não poderá estar em dois lugares ao mesmo tempo, a legislação ainda taxa que é ilegal sua atuação, pois ela deve ser integralmente ao serviço militar estadual.

Sabemos que a acumulação de cargos foi permitida pelo STF, porém, somente para cargos de magistério ou cargos da área de Saúde, o que não é o caso em tela.

#### IV – QUANTO A INABILITAÇÃO DA EMPRESA LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI

A qualificação técnica tem a finalidade de aferir a aptidão técnica do licitante conferindo segurança à Administração Pública, de que a contratada possui pleno conhecimento técnico para a execução do contrato, caso se sagre vencedor do certame.

Neste sentido, Joel de Menezes Niebuhr descreve que a “Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo.”

Dentre os documentos arrolados taxativamente pela Lei de Licitações para cobrar dos licitantes para fins de qualificação técnica, existem os atestados de capacidade técnica que estão estipulados no artigo 30, II e § 1º, I, da Lei n. 8.666.

Os atestados de capacidade têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica.

Marçal Justen Filho enaltece a relevância do atestado ao discorrer que “em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa. Aliás até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente”.

Convém destacar que a interpretação do art 30º no que concerne aos atestados, **deve ser cautelosa e primar pela finalidade precípua da exigência, qual seja: a demonstração de que os licitantes possuem condições técnicas para executar o objeto pretendido pela Administração caso venha a sagrar-se vencedor.**



Portanto, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em **características com aquele definido e almejado na licitação.** A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a **competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.**

A própria Constituição da República assevera no inciso XXI de seu art. 37, in fine, que somente serão permitidas as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Por todas estas razões, não resta dúvida que os agentes públicos deverão atuar ao examinar os atestados com esteio nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado.

**Não se devem excluir quaisquer licitantes por equívocos ou erros formais atinentes à apresentação do atestado,** até porque, lembrando escólios de Benoit, o processo licitatório não é uma verdadeira gincana ou comédia.

Ao se prescrever que a licitação é um processo administrativo formal nos termos do artigo 4º da Lei nº 8.666/1993 não significa formalismo excessivo e nem informalismo, e sim um formalismo moderado.

Como dito por Hely Lopes Meirelles, “a orientação é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar.”

Nesta mesma linha de afastar possíveis formalismos excessivos nos atestados, o Tribunal de Contas da União tem posicionamento sólido e inclusive determina que havendo qualquer dúvida nos atestados é dever da Administração Pública realizar a competente diligência.

Em licitações para contratação de bens e serviços, **as exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário.**

Conforme aviso de julgamento de habilitação, a Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO, através da Comissão Permanente de Licitações de Obras – CPLO, inabilitou esta empresa conforme abaixo destacado:

*[...] INABILITAR as empresas: LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI, por não apresentar quantitativo mínimo exigido para capacidade técnica operacional do serviço de "EXECUÇÃO DE PÁTIO/ESTACIONAMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COMBLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM", descumprido parcialmente assim, o exigido no subitem 15.3, alínea "d" do Edital [...] grifo nosso*

No que tange à inabilitação, a RECORRENTE obedeceu à exigência no subitem 15.3, alínea "d" do Edital, que prevê a execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto da licitação. Conforme pode ser observado, nas certidões de acervos técnicos de números, NET-000001699, 469411/2016 e 473936/2018, respectivamente possuem os quantitativos de 1.537,94 m², 227,83m² e 381,98m², perfazendo um total de 2.147,75m², quantitativo este superior ao exigido no edital.

Sobre o tema, destaca-se o entendimento doutrinário de Marçal Justen Filho (p. 733):

*(...) não há cabimento em impor a exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação. Parece evidente que o sujeito que executou obra ou serviço idêntico preenche os requisitos para disputar o certame e deve ser habilitado. Mas também deve reconhecer que a idoneidade para executar o objeto licitado pode ser evidenciada por meio de execução de obras ou serviços similares, ainda que não idênticos. Em outras palavras, a Administração não pode exigir que o sujeito comprove experiência anterior na execução de um objeto exatamente idêntico àquele licitado - a não ser que exista alguma justificativa lógica, técnica ou científica que de respaldo a tanto. (Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 8.666/1993 - 18.ed. rev. atual. e ampl. - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.)*

Vale ressaltar que, em regra, exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação, sem a devida fundamentação no processo licitatório e com risco de restrição indevida à competitividade, essa exigência implica, portanto, infração ao art. 3º, § 1º, inciso I, da lei 8.666/1993, bem como à jurisprudência desta Corte. Como exemplo, cita-se o Acórdão 2992/2011-TCU-Plenário.

## V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, a **LÍDER CONSTRUÇÕES EIRELI** vem requerer a reforma do parecer que habilita a empresa **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI**, devido o descumprimento de documentações e de qualificações técnicas requeridas pelo instrumento editalício e pelo instrumento legal, seja ela a Lei de Licitações.

A reversão da decisão que declarou a INABILITAÇÃO da empresa **LÍDER CONSTRUÇÕES EIRELI**, conforme o disposto neste, e de acordo com os atestados de capacidade de acervo técnico já constantes nos autos, traduzindo assim em sua HABILITAÇÃO e retorno ao certame, garantindo assim a lisura e o devido processo legal ao processo.

Na hipótese de não serem acatados os pedidos, requer-se que faça subir este Recurso Administrativo, informando devidamente à autoridade superior, em conformidade com o § 4º do Art. 109 da Lei nº 8.666/93.



LÍDER CONSTRUÇÕES EIRELI  
CNPJ – 03.587.444/0001-63

---

Endereço: RUA PADRE PAULINO N° 149  
Bairro: RUI LINO –CEP: 69.919-830  
RIO –BRANCO– AC

A empresa destaca ainda que, este documento será encaminhado, juntamente com o atestado de capacidade técnica e outras informações pertinentes ao acervo da empresa PILAR CONSTRUÇÕES LTDA, ao Ministério Público Federal, para a tomada das medidas cabíveis.

N. Termos.

P. Deferimento

Porto Velho - RO, 02 de maio de 2023.

---

LÍDER CONSTRUÇÕES EIRELI  
ATHUS PESSOA DE SOUZA  
PROCURADOR LEGAL





**Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
do Brasil**

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT  
AUTENTICIDADE ELETRÔNICA DE RRT

**RRT**  
**0000011943652**

**1. RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Número do RRT:	11943652	Forma de Registro:	RETIFICADOR	Forma de Participação:	INDIVIDUAL
Modalidade:	RRT SIMPLES	Data de Cadastro:	09/06/2022	Data de Registro:	09/06/2022
Profissional:	Francisco das Chagas Costa da Silva				
Empresa Contratada:	MAYK WISLY DE SOUZA FREITAS EIRELI				

**2. PAGAMENTO**

Situação: Este RRT é isento de taxa

**3. CONTRATO(S)**

**3.1 CONTRATO**

Contratante:	Concreta Engenharia e Construção Ltda				
CNPJ/CNPJ:	02.000.000/0000-70	Nº Contrato:	006/2021	Data de Celebração:	20/08/2021
Previsão de término:	30/03/2022	Data Início:	20/08/2021	Valor do Contrato:	R\$ 994.512,00

**3.1.1.1 ENDEREÇO DO CONTRATO**

País:		Tipo Logradouro:	RUA	Complemento:	
CEP:	69918438	Cidade:	RIO BRANCO		
UF:	AC	Bairro:	CONJUNTO MANOEL JULIÃO		
Logradouro:	EDMUNDO PINTO	Número:	78		

**3.1.1.1.1 ATIVIDADE DO ENDEREÇO DO CONTRATO**

Grupo:	2 - EXECUÇÃO	Quantidade:	2052
Atividade:	2.1.1 - Execução de obra	Unidade de Medida:	m²

**3.1.2 STATUS**

Status:	BAIXA	Data:	09/06/2022	Situação da Solicitação:	Atendido
Solicitante:	ARQUITETO(A)	Hora:	21:52:18		
Descrição:	TERMINO DAS ATIVIDADES				
Motivo:	AS ATIVIDADES CONTIDAS NESTE RRT FORAM CONCLUÍDAS				

Declaramos a autenticidade das informações contidas neste documento registrado no Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - SICCAU.